

## Analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Informações Geográficas e Estatísticas A I

# CIÊNCIAS CONTÁBEIS

### LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

01 - O candidato recebeu do fiscal o seguinte material:

a) este **CADERNO DE QUESTÕES**, com o enunciado das 70 (setenta) questões objetivas, sem repetição ou falha, com a seguinte distribuição:

LÍNGUA PORTUGUESA		LÍNGUA INGLESA		RACIOCÍNIO LÓGICO QUANTITATIVO		CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	
Questões	Pontuação	Questões	Pontuação	Questões	Pontuação	Questões	Pontuação
1 a 15	1,0 cada	16 a 25	0,5 cada	26 a 35	1,0 cada	36 a 70	2,0 cada
Total:30,0						Total:70,0	
Total:100,0							

b) **CARTÃO-RESPOSTA** destinado às respostas das questões objetivas formuladas na prova.

02 - O candidato deve verificar se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **CARTÃO-RESPOSTA**. Caso não esteja, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.

03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar, no espaço próprio do **CARTÃO-RESPOSTA**, com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.

04 - No **CARTÃO-RESPOSTA**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**, de forma contínua e densa. A leitura ótica do **CARTÃO-RESPOSTA** é sensível a marcas escuras, portanto, os campos de marcação devem ser preenchidos completamente, sem deixar claros.

Exemplo: (A)    ●    (C)    (D)    (E)

05 - O candidato deve ter muito cuidado com o **CARTÃO-RESPOSTA**, para não o **DOBRAR, AMASSAR** ou **MANCHAR**. O **CARTÃO-RESPOSTA SOMENTE** poderá ser substituído se, no ato da entrega ao candidato, já estiver danificado em suas margens superior e/ou inferior - **DELIMITADOR DE RECONHECIMENTO PARA LEITURA ÓTICA**.

06 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. O candidato só deve assinalar **UMA RESPOSTA**: a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS ESTEJA CORRETA**.

07 - As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima de seu enunciado.

08 - **SERÁ ELIMINADO** deste Concurso Público o candidato que:

a) se utilizar, durante a realização da prova, de aparelhos sonoros, fonográficos, de comunicação ou de registro, eletrônicos ou não, tais como agendas, relógios não analógicos, *notebook*, transmissor de dados e mensagens, máquina fotográfica, telefones celulares, *paggers*, microcomputadores portáteis e/ou similares;

b) se ausentar da sala em que se realiza a prova levando consigo o **CADERNO DE QUESTÕES** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA**;

c) se recusar a entregar o **CADERNO DE QUESTÕES** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA**, quando terminar o tempo estabelecido;

d) não assinar a **LISTA DE PRESENÇA** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA**.

**Obs.** O candidato só poderá ausentar-se do recinto da prova após **1 (uma) hora** contada a partir do efetivo início da mesma. Por motivos de segurança, o candidato **NÃO PODERÁ LEVAR O CADERNO DE QUESTÕES**, a qualquer momento.

09 - O candidato deve reservar os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **CADERNO DE QUESTÕES NÃO SERÃO LEVADOS EM CONTA**.

10 - O candidato deve, ao terminar a prova, entregar ao fiscal o **CADERNO DE QUESTÕES** e o **CARTÃO-RESPOSTA** e **ASSINAR A LISTA DE PRESENÇA**.

11 - **O TEMPO DISPONÍVEL PARA ESTA PROVA DE QUESTÕES OBJETIVAS É DE 4 (QUATRO) HORAS**, já incluído o tempo para marcação do seu **CARTÃO-RESPOSTA**, findo o qual o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar o **CARTÃO-RESPOSTA** e o **CADERNO DE QUESTÕES**.

12 - As questões e os gabaritos da Prova Objetiva serão divulgados no primeiro dia útil após sua realização, no endereço eletrônico da **FUNDAÇÃO CESGRANRIO** (<http://www.cesgranrio.org.br>).

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**36**

Nos termos das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o sistema contábil público estrutura-se nos Subsistemas de Informações Orçamentárias, de Informações Patrimoniais e de Compensação.

Nesse contexto, o Subsistema de Compensação subsidia a Administração com informações sobre

- (A) alterações nos elementos patrimoniais
- (B) alterações potenciais nos elementos patrimoniais
- (C) programação e execução orçamentária
- (D) resultado econômico
- (E) resultado nominal

**37**

Encontra-se no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público a seguinte definição:

conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador e represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações.

Constata-se que essa é a definição de

- (A) Ativo
- (B) Imobilizado Público
- (C) Investimentos Permanentes
- (D) Situação Patrimonial
- (E) Patrimônio Público

**38**

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público conceitua mensuração como o processo que consiste em

- (A) ajustar o efetivo valor contábil dos elementos patrimoniais, de curto e longo prazos, avaliados a valor presente de realização.
- (B) avaliar os elementos das demonstrações contábeis pelo justo valor que lhes for atribuído entre as partes igualmente interessadas.
- (C) fixar os valores dos elementos patrimoniais os quais serão estabelecidos entre o valor original ou o valor de mercado (dos dois aquele que for menor).
- (D) estabelecer os critérios que devem ser adotados na definição dos valores de negociação dos elementos das demonstrações contábeis.
- (E) determinar os valores pelos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e nelas apresentados.

**39**

No processo de mensuração, os registros contábeis das transações das entidades do setor público devem

- (A) ter seus efeitos reconhecidos no Balanço Patrimonial nos períodos com os quais se relacionam, no momento da execução orçamentária, independentemente do fato gerador.
- (B) ser efetuados, considerando as relações jurídicas, econômicas e patrimoniais, prevalecendo, nos conflitos entre elas, a essência sobre a forma.
- (C) evidenciar ajustes decorrentes de omissões e erros de registros ocorridos em anos anteriores ou mudanças de critérios contábeis na conta Ajustes Patrimoniais no Ativo Não Circulante.
- (D) reconhecer e registrar integralmente as transações, no momento em que ocorrerem, pelo princípio da competência.
- (E) contemplar método de mensuração ou avaliação dos ativos e dos passivos que possibilitem o reconhecimento de receitas e despesas de exercícios anteriores.

**40**

Os procedimentos de controle interno, nos termos da NBC T 16.8, aprovada pela Resolução CFC nº 1.135/2008, são as ações estabelecidas com relação aos riscos inerentes ou potenciais à tempestividade, à fidedignidade e à precisão da informação contábil.

Nesse contexto, a realização de uma pesquisa de mercado é um procedimento de controle interno classificado como

- (A) administrativo
- (B) avaliativo
- (C) detectivo
- (D) operacional
- (E) preventivo

**41**

Os registros contábeis das transações das entidades do setor público, de acordo com as normas contábeis vigentes para tal setor, especificamente o Manual de Contabilidade aplicada a tais entidades, devem ser efetuados considerando, além das relações econômicas, as relações

- (A) jurídicas e patrimoniais
- (B) jurídicas e orçamentárias
- (C) financeiras e patrimoniais
- (D) financeiras e orçamentárias
- (E) orçamentárias e patrimoniais

**42**

As alterações ocorridas no patrimônio das entidades do setor público, nos termos do Manual de Contabilidade aplicada a tais entidades, consistem em variações quantitativas e qualitativas.

Em relação a essas variações no patrimônio, considere as afirmativas abaixo.

- I - Variações qualitativas são aquelas em que ocorrem permutações de mesmo valor dos elementos do patrimônio, ou seja, que não alteram o valor do patrimônio líquido.
- II - Variações quantitativas são aquelas em que ocorrem transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.
- III - Variações qualitativas e quantitativas são aquelas em que ocorrem permutações de mesmo valor dos elementos do patrimônio que podem alterar o valor do patrimônio líquido.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas
- (B) II, apenas
- (C) I e II, apenas
- (D) II e III, apenas
- (E) I, II e III

**43**

O contador de uma entidade do setor público, antes de encerrar o Balanço Patrimonial de 2012, constatou que no Ativo Circulante estão evidenciadas as seguintes contas e respectivos saldos contábeis

Caixa e Bancos	50.000,00
Aplicações Financeiras de Resgate Imediato	100.000,00
Títulos de crédito prefixados	140.000,00

Nos termos do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, considerando-se exclusivamente as informações recebidas, o valor total que deve ser mensurado ou avaliado pelo valor original atualizado até a data do encerramento do balanço/2012, em reais, é

- (A) 50.000,00
- (B) 100.000,00
- (C) 140.000,00
- (D) 150.000,00
- (E) 240.000,00

**44**

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, na parte IV – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público –, trata, dentre outros assuntos técnicos, do sistema contábil e de seus respectivos subsistemas.

Nesse contexto, as informações fornecidas à Administração sobre o resultado nominal fazem parte do Subsistema de informações

- (A) de Compensação
- (B) de Custos
- (C) Financeiras
- (D) Orçamentárias
- (E) Patrimoniais

**45**

Nos termos das normas em vigor para o setor público, as demonstrações contábeis assumem papel fundamental, por representarem importantes saídas de informações, geradas pela Contabilidade do aludido setor público, promovendo a transparência de seus resultados orçamentário, financeiro, econômico e patrimonial. Nesse contexto, a Lei nº 4.320/64, em seu art. 104, estabelece que

uma das demonstrações contábeis evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, durante o exercício financeiro, resultante ou independente da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

O trecho acima transcrito da Lei supracitada refere-se à Demonstração

- (A) Patrimonial
- (B) Financeira
- (C) Orçamentária
- (D) Fluxo de Caixa
- (E) das Variações Patrimoniais

**46**

De acordo com a NBC T 16.5, para suportar as informações, as entidades do setor público devem manter procedimentos uniformes de registros contábeis, por meio de processo manual, mecanizado ou eletrônico, em rigorosa ordem cronológica.

Em tal contexto, os registros contábeis realizados e as informações apresentadas devem representar fielmente o fenômeno contábil que lhes deu origem, indicando, nas entidades do setor público, a característica do registro e da informação contábil da

- (A) confiabilidade
- (B) integridade
- (C) fidedignidade
- (D) verificabilidade
- (E) visibilidade

47

No que tange à formalização dos registros contábeis, as Normas Contábeis Aplicadas ao Setor Público, ao estabelecerem que os registros contábeis devem ser realizados e as informações devem ser apresentadas de modo a não privilegiar interesses específicos e particulares de agentes e/ou entidades, estão contemplando a característica do registro e da informação contábil da

- (A) objetividade
- (B) uniformidade
- (C) imparcialidade
- (D) representatividade
- (E) compreensibilidade

48

Mudanças relevantes ocorreram nas Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, provocadas pelas novas normas contábeis em vigor para o aludido setor.

Nesse novo contexto, a despesa orçamentária executada passa a ser demonstrada por destinação de recursos no(a)

- (A) Balanço Patrimonial
- (B) Balanço Orçamentário
- (C) Balanço Financeiro
- (D) Demonstração dos Fluxos de Caixa
- (E) Demonstração das Variações Patrimoniais

49

De acordo com as normas contábeis em vigor, aplicadas ao setor público, o *deficit* financeiro é apurado no(a)

- (A) Balanço Financeiro
- (B) Balanço Orçamentário
- (C) Balanço Patrimonial
- (D) Demonstração Do Resultado Econômico
- (E) Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido

50

Em relação ao Balanço Orçamentário no setor público, nos termos das normas contábeis em vigor, considere as afirmativas a seguir.

- I – Os valores de refinanciamento da dívida mobiliária e saldos de exercícios anteriores para as receitas são destacados no Balanço Orçamentário.
- II – A despesa com a amortização da dívida de refinanciamento é destacada no Balanço Orçamentário.
- III – A despesa orçamentária passa a ser demonstrada por tipo de crédito e não mais por empenho, liquidação e despesa paga.

É correto **APENAS** o que se afirma em

- (A) I
- (B) II
- (C) III
- (D) I e II
- (E) II e III

51

Nos termos do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a análise e a verificação do Balanço Orçamentário objetivam preparar os indicadores para fundamentar a avaliação da gestão orçamentária.

No contexto dessa avaliação, no Balanço Orçamentário ocorrerá a Capitalização quando houver a seguinte situação:

- (A) Despesas Correntes > Receitas Correntes
- (B) Despesa Corrente < Receita Corrente
- (C) Despesa de Capital > Receita de Capital
- (D) Fixação da Despesa > Despesa empenhada
- (E) Previsão da Receita < Excesso de Arrecadação

52

Na constituição da provisão para causas trabalhistas em que o fato gerador da obrigação já ocorreu e há uma estimativa a ser desembolsada, o registro contábil no subsistema patrimonial é o seguinte:

- (A) D: Valores Restituíveis  
C: Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados
- (B) D: Remuneração a Pessoal  
C: Pessoal a Pagar/Precatório de Curto Prazo
- (C) D: Remuneração a Pessoal  
C: Pessoal a Pagar/Precatório de Longo Prazo
- (D) D: Variação Patrimonial Diminutiva/Pessoal e Encargos/Provisões  
C: Provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis
- (E) D: Variação Patrimonial Aumentativa/Pessoal e Encargos/Provisões  
C: Provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis

53

As normas vigentes para a Contabilidade do Setor Público, consubstanciadas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, estabelecem, quanto às formalidades do registro contábil, que tais entidades devem manter procedimentos uniformes de registros contábeis, por meio de processo manual, mecanizado ou eletrônico, em rigorosa ordem cronológica, como suporte às informações em Sistema de Informação Contábil refletido em plano de contas.

Com referência ao plano de contas, as normas estabelecem que o mesmo deve ter por base a teoria patrimonialista. Estabelecem, também, a classificação das contas contábeis sob diversos aspectos e ainda que a conta contábil, quanto à variação da natureza do seu saldo, pode ser

- (A) estável; instável
- (B) estática; dinâmica
- (C) devedora; credora
- (D) unilateral; bilateral
- (E) sintética; analítica

**54**

Uma entidade do setor público planeja adquirir um ônibus, com vida útil econômica estimada em 5 anos, com o objetivo de transportar servidores que moram no interior. É preciso, porém, analisar o efeito da depreciação desse bem, calculada pelo método da soma dos dígitos, no patrimônio da entidade.

Nesse contexto, o reconhecimento do valor dessa depreciação terá impacto no subsistema

- (A) patrimonial
- (B) orçamentário
- (C) financeiro
- (D) de custos
- (E) de compensação

**55**

A NBC T16.10 (Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público), aprovada pela Resolução CFC nº 1.137/2008 e com nova redação dada pela Resolução CFC nº 1.437/2013, define valor realizável líquido como sendo o(a)

- (A) montante pelo qual o valor contábil de um ativo ou de unidade geradora de caixa de uma entidade do setor público excede seu valor recuperável.
- (B) preço que seria recebido por uma entidade do setor público pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.
- (C) valor de mercado de um ativo, menos o respectivo custo para a sua alienação, ou o valor que a entidade do setor público espera recuperar pelo uso futuro desse ativo nas suas operações, dos dois o que for maior.
- (D) quantia que a entidade do setor público espera obter com a alienação ou a utilização de itens de inventário quando deduzidos os gastos estimados para seu acabamento, alienação ou utilização.
- (E) redução nos benefícios econômicos futuros ou no potencial de serviços de um ativo, de uma entidade do setor público, a qual reflete um declínio na sua utilidade, além do reconhecimento sistemático por meio da depreciação.

**56**

De acordo com os termos da NBC T16.10 (Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público), aprovada pela Resolução CFC nº 1.137/2008 e da nova redação dada pela Resolução CFC nº 1.437/2013, as disponibilidades, quando em moeda estrangeira, devem ser convertidas à taxa de câmbio vigente na data do(a)

- (A) balanço patrimonial
- (B) efetivo ingresso da moeda estrangeira na entidade
- (C) fechamento do contrato de compra de moeda estrangeira
- (D) registro da operação de aquisição da moeda estrangeira, no órgão competente
- (E) autorização para aquisição da moeda estrangeira

**57**

Os títulos de crédito prefixados, em poder das entidades do setor público, nos estritos termos do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e da NBC T16.10 em vigor, devem ser ajustados

- (A) a valor justo
- (B) a valor presente
- (C) a valor corrente ou a valor original corrigido, dos dois o menor
- (D) por todos os encargos incorridos até à data do balanço
- (E) pelos riscos de recebimento das dívidas

**58**

Sob o enfoque da Contabilidade aplicada às entidades do setor público, nos termos do respectivo Manual de Contabilidade em vigor, considere as seguintes afirmativas, referentes a uma entidade comercial do setor público.

- I - Os estoques são ativos na forma de materiais ou suprimentos à disposição das entidades.
- II - Os estoques são ativos mantidos para venda ou distribuição no curso normal das operações
- III - Os estoques são ativos usados no curso normal das operações.
- IV - A avaliação da saída dos estoques é feita pelo custo médio ponderado ou pelo PEPS, dos dois o menor.

São corretas as afirmativas

- (A) I e II, apenas
- (B) II e III, apenas
- (C) III e IV, apenas
- (D) II, III e IV, apenas
- (E) I, II, III e IV

**59**

Considerando-se os estritos termos do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, parte II – (Procedimentos Contábeis Patrimoniais) em vigor, os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, desde que destinados à manutenção da atividade pública, devem ser mensurados ou avaliados com base no preço de aquisição ou produção,

- (A) acrescido do valor residual e deduzido da amortização acumulada.
- (B) acrescido do valor residual mais os ganhos acumulados pela avaliação de mercado.
- (C) deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável e do valor residual.
- (D) deduzido da amortização acumulada e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.
- (E) deduzido da amortização acumulada e dos gastos indispensáveis à sua efetiva utilização.

**60**

Uma entidade do setor público, cumprindo todas as formalidades impostas pela legislação pertinente, obteve um bem para o ativo imobilizado a título gratuito sem que os termos da respectiva doação definissem o seu valor patrimonial.

Nesse contexto, atendendo aos dizeres do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e da NBC T16.10 em vigor, esse bem do imobilizado deve ser contabilizado pelo valor

- (A) simbólico de R\$ 1,00 (um real).
- (B) de avaliação obtida em procedimento técnico.
- (C) médio do preço praticado no ano anterior à doação.
- (D) corrente, deduzidos os gastos para seu funcionamento.
- (E) corrente ou pelo valor justo, dos dois o que for menor.

**Considere os dados a seguir para responder às questões de nºs 61 a 64.**

Uma entidade do setor público que adquiriu à vista um equipamento para seu imobilizado, cumprindo todas as determinações legais vigentes para tal tipo de compra, apresentou as seguintes informações referentes exclusivamente a tal equipamento:

Valor pago à vista	750.000,00
Instalação e ajustes	180.000,00
Transporte para o local de uso	60.000,00
Valor residual	90.000,00
Vida útil econômica	5 anos

**61**

Considerando-se exclusivamente as informações prestadas pela entidade do setor público e as determinações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente, ao final do primeiro ano de uso do equipamento, a depreciação simples, calculada pelo método das cotas constantes, em reais, é de

- (A) 132.000,00
- (B) 162.000,00
- (C) 168.000,00
- (D) 180.000,00
- (E) 198.000,00

**62**

Considerando-se exclusivamente as informações apresentadas pela entidade do setor público, o valor líquido contábil desse equipamento imobilizado, pelo método das cotas constantes, depois de contabilizada a depreciação do primeiro ano, em reais, é de

- (A) 618.000,00
- (B) 720.000,00
- (C) 762.000,00
- (D) 792.000,00
- (E) 810.000,00

**63**

Considerando-se as informações originais apresentadas pela entidade do setor público, o valor da depreciação simples, apurada no segundo ano de utilização do equipamento, calculada pelo método da soma dos dígitos nos termos do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em reais, é de

- (A) 240.000,00
- (B) 264.000,00
- (C) 300.000,00
- (D) 330.000,00
- (E) 594.000,00

**64**

Considerando-se as informações originais dessa empresa do setor público e as orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o valor líquido contábil do equipamento, em reais, apurado pelo método da soma dos dígitos, ao final do 2º ano de utilização, sem a ocorrência de ajustes nos valores iniciais, é de

- (A) 306.000,00
- (B) 360.000,00
- (C) 450.000,00
- (D) 540.000,00
- (E) 726.000,00

**65**

Sob o enfoque das normas contábeis vigentes para as entidades do setor público, devem ser considerados como valores que alteram o custo de seus estoques aqueles que decorrerem de

- (A) distribuição
- (B) entrega ao cliente
- (C) administração geral
- (D) financiamento do estoque
- (E) desconto comercial auferido

**66**

Quando da reavaliação de um ativo intangível, de acordo com as disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, parte II (Procedimentos Contábeis Patrimoniais), a entidade do setor público, na data da reavaliação desse intangível, deve

- (A) confrontar o valor líquido contábil desse ativo com o da reavaliação, adotando o maior dos dois.
- (B) eliminar a amortização acumulada contra o valor contábil bruto desse intangível.
- (C) estornar a depreciação acumulada desse intangível contra a despesa de depreciação.
- (D) manter a amortização acumulada desse mesmo ativo intangível.
- (E) reconhecer o valor líquido contábil desse ativo intangível como valor da reavaliação.

**67**

Uma entidade do setor público possui registrada no seu ativo imobilizado uma jazida de minério de ferro, devidamente documentada. Todos os requisitos técnicos exigidos pela legislação vigente para a detenção desse tipo de imobilizado por entidade do setor público são atendidos.

Nesse contexto, a entidade apresentou as seguintes informações sobre essa jazida:

- Valor inicial do ativo: R\$ 15.000.000,00
- Capacidade produtiva da jazida: 5.000.000 de toneladas
- Quantidade de minério extraída nos últimos 4 exercícios sociais, devidamente documentada para a efetivação dos registros contábeis competentes, nos termos das normas em vigor:

2009 = 700.000 toneladas	2011 = 400.000 toneladas
2010 = 600.000 toneladas	2012 = 300.000 toneladas

Considerando-se exclusivamente as informações recebidas e também que os dados iniciais informados não sofreram qualquer ajuste, a qualquer título que seja, o valor líquido contábil da jazida, ao final de 2011, em reais, é de:

- (A) 4.500.000,00
- (B) 5.100.000,00
- (C) 6.000.000,00
- (D) 9.900.000,00
- (E) 10.500.000,00

**68**

Uma entidade do setor público vendeu um bem do imobilizado, adotando todos os procedimentos estabelecidos pelas normas e legislação vigentes para tal tipo de operação, apresentando, no mesmo dia da venda, as seguintes informações referentes somente a ela:

Custo do bem imobilizado	450.000,00
Depreciação acumulada	150.000,00
Valor de venda do bem	500.000,00
Despesas de venda	30.000,00

Considerando-se exclusivamente as informações recebidas da entidade e as determinações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público referentes ao assunto, o reconhecimento no resultado patrimonial do ganho apurado pela entidade, na alienação desse bem, em reais, é

- (A) 20.000,00
- (B) 50.000,00
- (C) 170.000,00
- (D) 200.000,00
- (E) 270.000,00

**69**

A Contabilidade aplicada ao setor público como parte integrante do ramo da Ciência Contábil deve observar os princípios de Contabilidade.

Nesse contexto, no campo de ação da entidade pública, o princípio de Contabilidade que está vinculado ao estrito cumprimento da destinação do seu patrimônio é o princípio da(o)

- (A) competência
- (B) continuidade
- (C) oportunidade
- (D) prudência
- (E) registro pelo valor original

**70**

Em 31 de dezembro de 2012, um determinado órgão público publicou a seguinte Demonstração do Resultado Econômico:

Receita Econômica dos Serviços Prestados	9.800.000,00
(-) Custos de Execução Diretos	(7.885.000,00)
= Margem Bruta	1.915.000,00
(-) Custos de Execução Indiretos	(690.000,00)
(=) Resultado Econômico Apurado	1.225.000,00

Considerando-se exclusivamente a demonstração apresentada e as determinações do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, conclui-se que

- (A) a demonstração está errada, uma vez que a apuração da margem bruta inclui os custos de execução indireta.
- (B) a demonstração está correta, uma vez que deve ser elaborada considerando sua interligação com o subsistema de custos e ser apresentada na forma dedutiva.
- (C) a receita de serviços prestados não faz parte da demonstração, a qual contempla somente as receitas de vendas.
- (D) os custos nela evidenciados representam 12,5% da Receita Econômica dos serviços prestados.
- (E) os custos indiretos, pela Lei da Responsabilidade Fiscal, não entram na apuração da Demonstração do Resultado Econômico.